

SOS Amazônia

As empresas madeireiras sempre foram apontadas como agentes principais do desmatamento na Amazônia. Mas o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) acaba de descobrir novos e mais ativos predadores. São os fazendeiros. Só no Estado do Amazonas as pastagens aumentaram de 209 mil hectares para 320 mil, entre 1985 e 1995. Trata-se de expansão equivalente à derrubada e queimada de mil quilômetros quadrados de floresta para ocupação da atividade agropecuária.

Mas não são apenas os dados aí estampados, colhidos no Censo Agropecuário da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que causam espanto e preocupação. Mais inquietante é a constatação de que os pecuaristas da região não fazem qualquer manejo de pasto. A cada ano, novas áreas são sacrificadas para dar espaço ao capim.

A maior parte dos solos amazônicos tem apenas função portante, isto é, serve somente como suporte para sustentação da cobertura vegetal. É o que demonstram antigos estudos sobre as relações da natureza ali. Por isso mesmo, é freqüente a desertificação após decorrido algum tempo das derrubadas e queimadas de árvores.

Portanto, o estabelecimento agropecuário não se pode fixar na região em função do interesse e da disposição de criadores. Antes exige definição e delimitação dos espaços, segundo conveniências preserva-

cionistas e em atenção às variadas vocações dos tratos de terra. O contrário disso é subverter a natureza e levá-la a um processo mais rápido de destruição. É o que tem ocorrido desde 1985. De lá para cá, o desmatamento descontrolado no Amazonas, por exemplo, foi seguido pelo aumento do rebanho, que passou de 425 mil cabeças para 734 mil.

O pior é que a ação paradoxal de órgãos governamentais contribui também para o desastre ecológico. É o que denuncia Philip Fearnside, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa). Por um lado — diz ele —, o Ibama busca exercer controle sobre a agressão ambiental e, por outro, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) realiza assentamento de lavradores sem terra na floresta. O resultado é o aumento das clareiras abertas pelo fogo para acolher as lavouras.

Outro paradoxo é a isenção de impostos concedida pelo governo às empresas dedicadas à extração de madeira. Significa dizer, em última instância, que o poder público encarregado de sustentar programas de proteção ambiental é o mesmo que incentiva a depredação na Amazônia.

As políticas para a região amazônica comportam um conjunto complexo de medidas, que se devem entrosar de forma orgânica e articulada. Mas as novas formas predatórias (a dos pecuaristas e a das madeireiras) e o incorreto assentamento de colonos sem terra devem ser combatidos de imediato. A floresta tropical pede socorro.